

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.735, DE 2011

Torna obrigatória a vigilância, pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital ou pelas guardas municipais, das escolas públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

Autor: Deputado DIMAS FABIANO

Relator: Deputado NICOLETTI

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Dimas Fabiano, tem por objetivo tornar obrigatória a vigilância pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital ou pelas guardas municipais das escolas públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

Em sua justificação, o autor afirma que, “(...) *cotidianamente, verificam-se as escolas de todo o País sendo submetidas aos mais diversos atos de violência e, mesmo de crimes, particularmente o tráfico de drogas, amedrontando professores, servidores e alunos das escolas*”.

O autor argumenta ainda que, “(...) *diante disso, o aparelho estatal deve redobrar os cuidados nesse segmento mais sensível da sociedade, inclusive pela vigilância ostensiva dos estabelecimentos de ensino*”.

O projeto tramita ordinariamente (art. 151, III, RICD), em caráter conclusivo, nas Comissões de Educação; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, I, do RICD), tendo recebido manifestação das referidas Comissões nos seguintes termos:



- Comissão de Educação: pela aprovação, na forma do substitutivo.
- Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado: pela aprovação, com substitutivo.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto nesta CCJC.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade ao que dispõe o art. 32, IV, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

Quanto à constitucionalidade formal das proposições, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

As proposições em questão têm como objeto matéria de competência legislativa da União, sendo legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Revela-se também adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Analisando-se a constitucionalidade material, o projeto de lei nº 2.735, de 2011, em sua forma original, fere a forma federativa de Estado, contrariando o art. 60, § 4º, I da Constituição Federal, uma vez que estabelece obrigações e aumento de despesas a outros entes federados.

Em síntese, duas são as obrigações criadas pelo projeto de lei nº 2.735, de 2011:



- 1- vigilância **obrigatória** pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital ou pelas guardas municipais das escolas públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio; e
- 2- **dever de designação** de representantes junto às instituições de ensino que assim requererem.

Registre-se, no entanto, que o substitutivo adotado pela Comissão de Educação e também o substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado acabaram por corrigir o vício mencionado no item 1, optando por criar diretrizes da política de segurança pública nacional, indo ao encontro dos §§ 7º e 8º do art. 144 da Constituição Federal, em vez de estabelecer obrigações aos referidos entes subnacionais.

As duas proposições supracitadas, no entanto, não promoveram ajustes relativos à obrigação mencionada no item 2, qual seja, do dever imposto aos órgãos de segurança pública estaduais e distrital e das guardas municipais de designarem representante junto aos estabelecimentos de ensino que assim requererem.

Por este motivo, ofereço subemendas saneadoras a ambos os substitutivos, de forma que o objetivo pretendido pelas referidas Comissões seja alcançado, sem a inconstitucionalidade apontada.

Feitas tais as correções, as proposições são dotadas de juridicidade, uma vez que inovam a ordem jurídica, possuem o atributo da generalidade e respeitam os princípios gerais do Direito.

Quanto à técnica legislativa, não há reparos a fazer. De qualquer modo, a subemenda apresentada ao substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado também aperfeiçoa a técnica redacional.

Antes o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei nº 2.735, de 2011, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com a subemenda saneadora de inconstitucionalidade anexa; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do substitutivo da



Comissão de Educação, com a subemenda saneadora anexa de
inconstitucionalidade.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado NICOLETTI
Relator

2023-6260



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 2.735, DE 2011,**

Dispõe sobre o policiamento ostensivo realizado pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital e pelas guardas municipais.

SUBEMENDA Nº 1

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º da proposição em epígrafe a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os órgãos relacionados no *caput* deste artigo, de modo a prevenir e reprimir a violência e a criminalidade nas escolas da rede pública, deverão, sempre que possível, designar representantes junto às instituições de ensino que assim solicitarem."

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado NICOLETTI
Relator

2023-6260



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO AO PROJETO DE
LEI Nº 2.735, DE 2011**

Dispõe sobre o patrulhamento ostensivo realizado pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital e pelas guardas municipais, visando à vigilância dos estabelecimentos de ensino.

SUBEMENDA Nº 1

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º da proposição em epígrafe a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os órgãos relacionados no *caput* deste artigo deverão, sempre que possível, no sentido de prevenir e reprimir a violência e a criminalidade nas dependências e entorno dos estabelecimentos de ensino:

- I – avaliar a necessidade do local para priorizar o patrulhamento;
- II – designar representante junto aos que assim solicitarem”.

